

**Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade**

**PROGRAMA RS TECNÓPOLE: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VIA  
ESTÍMULO À AMBIENTES DE INOVAÇÃO**

**PROGRAM RS TECNÓPOLE: SUSTAINABLE DEVELOPMENT VIA STIMULATE  
INNOVATION ENVIRONMENTS**

Greice de Bem Noro, João Elvio Righi de Oliveira e Charlise Weber Guerra

**RESUMO**

No Brasil, inovação e a difusão tecnológica tornaram-se elementos fundamentais ao desenvolvimento sustentável e o estímulo aos ambientes de inovação tem sido uma das principais alternativas utilizadas pelos agentes públicos na busca do desenvolvimento de suas regiões. Os ambientes de inovação são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Neste sentido, o presente estudo partiu do objetivo de levantar os resultados advindos de políticas e programas do estado do Rio Grande do Sul, voltados a ambientes de inovação, que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, como procedimentos metodológicos optou-se por um estudo de natureza qualitativa, descritiva, através do método de estudo de caso. Como principais resultados, verificou-se que, na busca pela construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável uma das treze diretrizes centrais do governo federal é “transformar o Brasil em potência científica, tecnológica e inovadora” e, para tanto, em âmbito estadual, o Rio Grande do Sul, desenvolve um conjunto amplo de instrumentos de apoio, a exemplo do Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras Tecnológicas e de Indústria Criativa.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável, ambientes de inovação, incubadoras.

**ABSTRACT**

In Brazil, innovation and technological diffusion have become key elements for sustainable development and the stimulation of innovation environments has been one of the main alternatives used by public officials in the pursuit of development of their regions. The innovation environments are enabling environments for technological development, endowed with adequate infrastructure, with programs that encourage the synergy between government, the business world and academia. In this sense, this study came from the goal of raising the proceeds from policies and programs of the state of Rio Grande do Sul, aimed at innovation environments that contribute to sustainable development. Therefore, as methodological procedures opted for a study of qualitative, descriptive, through the case study method. As main results, it was found that, in seeking to build a new pattern of sustainable development of the thirteen central guidelines of the federal government is "transform Brazil into scientific power, technology and innovation" and, therefore, at the state level, Rio Grande do Sul, develops a comprehensive set of support tools, such as the RS Tecnópole Program to Support Technological Incubators and Creative Industry.

**Keywords:** sustainable development, innovation environments, incubators.

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de sustentabilidade pode ser mais bem entendida quando se atribui um sentido amplo à palavra sobrevivência, sendo que, no mundo atual, a percepção de que tudo afeta a todos gera o processo de redefinição conceitual e pragmático do desenvolvimento clássico consumidor de recursos naturais que levou à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável. No contexto do modelo tradicional de desenvolvimento, a definição de desenvolvimento sustentável deve ser entendida como um processo de mudança radical em que os recursos naturais, a gestão de investimentos, as diretrizes tecnológicas e as mudanças institucionais tornem concreto o atendimento das necessidades do hoje e do amanhã (BRUNACCI; PHILLIPI, 2005).

Estão embutidos dois conceitos na definição de desenvolvimento sustentável: o primeiro é o conceito das necessidades, que podem variar de sociedade para sociedade, mas que devem ser satisfeitas para assegurar as condições essenciais de vida a todos. O segundo conceito é o de limitação, que reconhece a necessidade da tecnologia desenvolver soluções que conservem os recursos limitados atualmente disponíveis e que permitam renová-los na medida em que eles sejam necessários as futuras gerações, de acordo com Fialho et al. (2008).

Neste contexto, a inovação e a difusão tecnológica tornaram-se elementos fundamentais ao desenvolvimento regional e o estímulo aos ambientes de inovação tem sido uma das principais alternativas utilizadas pelos agentes públicos na busca do desenvolvimento de suas regiões. Os ambientes de inovação são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Esses ambientes podem se constituir em incubadoras e condomínios de empresas de base tecnológica; parques científicos e tecnológicos; pólos tecnológicos; arranjos produtivos locais - APLs; e tecnópoles, que são regiões que se transformam para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento, tendo com fatores fundamentais a educação e a capacidade de inovar (SPOLIDORO, 1994).

Neste contexto, a experiência das incubadoras de empresas e parques tecnológicos tem despertado o interesse de estudiosos que as identificam como um novo modelo de organização e gestão para a criação de empresas inovadoras (BOÊTA, et. al. 2004). As incubadora de empresas para Dornelas (2001) são entidades sem fins lucrativos destinados amparar o estágio inicial de empresas nascentes que se enquadram em determinada áreas de negócios, que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferece infraestrutura e suporte gerencial, orientando os empreendedores quanto à gestão do negócio e sua competitividade, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. Sendo assim, as incubadoras, ao estarem inseridas em ambientes de inovação, também configuram-se em agentes facilitadores para o desenvolvimento sustentável, bem como na consolidação de empresas no mercado.

Neste sentido, ao atuarem como plataforma locais de desenvolvimento, as incubadoras de empresas precisam trabalhar para a transformação positiva da realidade regional e as iniciativas de empreendedorismo inovador apoiadas por esse ambientes devem estar conectadas aos desafios locais reforçando as bases de uma economia mais sustentável e, para isso, a articulação entre diferentes agentes é imprescindível. Assim, Etzkowitz (2009) ressalta que uma estrutura conceitual de conhecimento, consenso e espaços regionais de inovação torna-se necessária para que ocorra o desenvolvimento regional em termos de interação entre os atores da hélice tríplice, partindo do pressuposto de que, a base destes espaços regionais incluem “uma fonte de conhecimento, um mecanismo de construção de consenso e um projeto de desenvolvimento de inovação” (p. 107).

Sendo assim, ao voltar-se ao ambiente de inovação desempenhado pelas incubadoras de empresas no Brasil, estas se configuram hoje em um instrumento consolidado de política

de desenvolvimento sustentável, sendo consideradas um importante instrumento da política de desenvolvimento e de inovação. Neste interim, o presente estudo parte do objetivo geral levantar os resultados advindos de políticas e programas do estado do Rio Grande do Sul, voltados a ambientes de inovação, que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

## 2 A HÉLICE TRÍPLICE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No mundo da globalização aparece o conceito de sustentabilidade como sendo um limite e um sinal que redireciona o processo de civilização da humanidade e, a sustentabilidade aparece como um fator de reconstrução da ordem econômica, objetivando a luta pela sobrevivência humana. Este discurso batalha por um crescimento sustentado, sem precisar de uma explicação do sistema econômico em adotar as condições ecológicas e sociais (LEFF, 2001).

Coral, Strobel e Selig (2004) apontam que os três princípios básicos que compõe a sustentabilidade (equidade social, crescimento econômico e equilíbrio ambiental) podem ser vistos como fatores conflitantes em um contexto econômico. Analisando as associações de ideias presentes, verifica-se que a sustentabilidade da sociedade exige grandes mudanças culturais e econômicas, para que essa mudança de comportamento e atitudes ocorra faz-se necessário novas regras que regulem o mercado.

Em consequência dos desafios enfrentados no contexto atual, se insere o conceito do tripé de sustentabilidade, que cunhou a expressão *triple bottom line* (3P – *People; Planet; Profit*) (ELKINGTON, 2001), em que o desenvolvimento sustentável deve amparar-se aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, que se configuram como ingredientes indispensáveis ao progresso duradouro, em que a sociedade é o meio termo entre ambiente e economia e, por isso, ressalta-se a importância do governo. Já o ambiente constitui um estímulo a organização em sociedade e leva em consideração a disponibilidade de recursos e a atenuação de riscos naturais. Neste sentido, a economia só existe com o ambiente (recursos) e a sociedade (organização social e governo) que juntos podem assegurar a sustentabilidade.

Nesta mesma perspectiva, Sachs (2004) propõe para o desenvolvimento sustentável, além das dimensões social, ambiental, econômica, também a territorial e política. Assim, a dimensão territorial, relaciona-se à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades e, a política, a governança democrática como um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem e a liberdade corrobora fazendo a diferença.

Sendo assim, evidencia-se que as bases do desenvolvimento de uma região amparam-se nos principais elementos que compõem a relação político-social-econômica-ambiental-territorial no qual se insere o desenvolvimento sustentável. Recentemente, o conceito de região está passando por uma transformação fundamental de “uma entidade geográfica, política e cultural, para uma hélice tríplice de empresas, universidades e agências governamentais” (ETZKOWITZ, 2009, p.105) e, a medida que o processo começa a ter sucesso, novos tópicos podem ser acrescentados para fornecer uma base maior de desenvolvimento regional sustentável.

Entretanto, torna-se relevante conhecer a dinâmica do desenvolvimento regional baseado em conhecimento e o papel dos organizadores de inovação regional e, no contexto das relações entre atores que possuem papéis significativamente relevantes para o desenvolvimento sustentável, o modelo da Hélice Tríplice propõe um modelo de interação coparticipativa entre Governo, Empresa e Universidade como alternativa propulsora ao desenvolvimento de uma região (ETZKOWITZ; LEYDSDORFF, 1997).

Assim, a Hélice Tríplice foi gerada a partir de uma análise da relação do governo com a universidade e a indústria em diferentes sociedades e de seus vários papéis e, cada um dos componentes da Hélice Tríplice detém competências e responsabilidades específicas que podem ser observadas no quadro 01, e que contribuem para o bom funcionamento da hélice.

Ator	Responsabilidades	Limitações
<b>Governo</b>	1. Promover o desenvolvimento econômico e social através de novas estruturas organizacionais; 2. Possuir planos políticos com metas governamentais claras voltadas para inovação e conhecimento; Interagir entre as diversas esferas políticas; 4. Promover benefícios à população.	5. Burocratização excessiva e falta de flexibilização para implementação de projetos em parceria; 6. Necessidade de gerenciamento público profissional e participativo.
<b>Iniciativa Privada</b>	1. Desenvolver de produtos e serviços inovadores; 2. Promover a interação com os centros de transferência de tecnologia da comunidade científica. 3. Liderar os processos de mudança	4. Pouca capacidade de investimentos em Inovação e desenvolvimento de tecnologias; 5. Despreparo acadêmico e tecnológico para a condução de pesquisas.
<b>Universidade</b>	1. Criar fontes de novos conhecimentos e tecnologias; 2. Estabelecer relações com as empresas e os governos; 3. Criar novas áreas de atuação; 4. Liderar os processos de mudança.	5. Dependência de órgãos de fomento para realização de pesquisas; 6. Visão míope de capacitação profissional e formação de mão de obra; 7. Vínculos fracos com a sociedade e com a iniciativa privada.

Quadro 01: Responsabilidades de cada ator da Hélice Tríplice. Fonte: Adaptado de Pereira Neto, Gallindo e Cruz, 2004.

Neste sentido, a base destas regiões incluem na visão de Etzkowitz (2009): (1) Uma fonte de conhecimento, ou espaço de conhecimento: fornece as bases para o crescimento regional na forma de uma quantidade mínima para produzir um resultado específico (uma concentração de recursos de pesquisa sobre um tema específico a partir da qual ideias tecnológicas podem ser geradas); (2) Um mecanismo de construção de consenso, ou espaço de consenso: indica o processo de fazer com que os atores adequados trabalhem em conjunto, trocando ideias em livre debate, analisando problemas e formulando planos e; (3) Um projeto de desenvolvimento de inovação, ou espaço de inovação: indica uma invenção ou adaptação organizacional feita para preencher uma lacuna ou processo de desenvolvimento regional.

Assim, essas bases culminam no esforço para criação de novas entidades híbridas, o qual é semelhante a um movimento social, reunindo recursos, pessoas e redes. É neste pontos que a criação de ambientes voltados a inovação se insere, e o processo de incubação também é parte do modelo geral de gestão de conhecimento e da tecnologia no desenvolvimento sustentável, partindo-se do pressuposto de que seus princípios são mais amplos do que o do formato organizacional particular. Desde a introdução do conceito de incubadora no meado dos anos 80, as incubadoras se desenvolvem rapidamente no Brasil, recebendo apoio não somente das universidades, suas patrocinadoras, mas também do governo, em nível federal, estadual e local e de associações da indústria.

## 2.1 A incubação para desenvolvimento sustentável no Brasil

Para Etzkowitz (2009) a incubação também é parte do modelo geral de gestão de conhecimento e da tecnologia no desenvolvimento regional, partindo-se do pressuposto de que seus princípios são mais amplos do que o do formato organizacional particular. Desde a introdução do conceito de incubadora no meado dos anos 80, as incubadoras se desenvolvem rapidamente no Brasil, recebendo apoio não somente das universidades, suas patrocinadoras, mas também do governo, em nível federal, estadual e local e de associações da indústria.

Entretanto, o autor destaca que seus princípios são mais amplos do que o formato organizacional particular e podem ser expressos nas seguintes proposições:

- O desenvolvimento da ciência e da tecnologia é, cada vez mais, embutido na relação triade entre universidade, indústria e governo.
- As instituições de cada setor desempenham papéis híbridos que os afastam dos entendimentos básicos do setor.
- As incubadoras são organizações que interiorizam a relação triade, incentivam e fornecem abrigo para esses papéis híbridos.
- A formação de redes em vários níveis, entre empresas da incubadora, incubadoras e esferas institucionais, tem o potencial para aumentar a taxa de inovação e a atividade inventiva, tanto tecnológica como organizacional.
- A inovação de alta tecnologia é universalizada, pois os países em desenvolvimento com a habilidade de desenvolver capital humano em diferentes nichos são capazes de traduzir essas competências em tecnologias e em empresas internacionalmente competitivas.
- Os programas universitários de empreendedorismo e as facilidades das incubadoras têm potencial para transformar a transferência de tecnologia de um fluxo linear Norte-sul em um processo interativo.

Neste contexto, as incubadoras de empresas são agentes de apoio à inovação e ao desenvolvimento de empresas incipientes, sendo que abrigam empreendimentos de pequeno porte com potencial de crescimento, inovação e desenvolvimento, oferecendo os recursos necessários para o desenvolvimento das empresas incubadas, por meio de serviços especializados, orientação e consultoria, além de espaço físico, infraestrutura técnica, administrativa e operacional (SOUSA ET AL., 2006).

De acordo com dados da Anprotec (2013), as incubadoras de empresas no Brasil têm história recente, tendo em vista que elas começaram a ser criadas a partir de uma iniciativa do CNPq, na década de 1980, de implantação do primeiro Programa de Parques Tecnológicos no País. Essa iniciativa, que semeou a noção de empreendedorismo inovador no Brasil, desencadeou o surgimento de um dos maiores sistemas mundiais de incubação de empresas.

Sendo assim, inicialmente, as incubadoras estavam focadas apenas em setores intensivos em conhecimentos científico-tecnológico, como informática, biotecnologia e automação industrial. Habitualmente denominadas incubadoras de empresas de base tecnológica, ou incubadoras tecnológicas, tinham como propósito, assim, a criação de empresas com potencial para levar ao mercado novas ideias e tendências tecnológicas. Atualmente, além do objetivo inicial, elas têm o propósito de contribuir para o desenvolvimento local e setorial.

Neste interim, uma matriz que relacione objetivos e potencial de agregação de valor e impacto territorial pode ser o caminho para afinar a política de fomento e de financiamento das incubadoras de empresas no Brasil, dando, adicionalmente, os sinais para que os agentes implicados possam melhor planejar sua ação (ANPROTEC, 2012).

Ao atual contexto, a taxonomia das incubadoras brasileiras traduz a complexidade do movimento não pela sua forma, pois são todas semelhantes, mas por suas funções, estratégias e objetivo e, acerca disto, dados do estudo realizado pelo Anprotec e Ministério nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação e, 2012 relevam que as características comuns das incubadoras são: (1) Disponibilização de espaço cedido mediante taxa de uso a pequenas empresas emergentes; (2) Oferecimento de serviços básicos (limpeza, secretaria) e de serviços de capacitação e apoio (consultorias em gestão, comercialização e desenvolvimento); (3) Objetivos de criação de empregos e dinamização da economia, ausência de fins lucrativos na

maioria dos casos; e (4) Esses elementos indicam a existência de um padrão mínimo do que se conceitua como incubadora de empresas.

Convém destacar que diversas incubadoras também se tornaram o embrião de parques tecnológicos em anos recentes, quando o ambiente brasileiro se tornou mais sensível a inovação. Assim, no seu um quarto de século de existência, o movimento das incubadoras brasileiras atingiu a maturidade, entrando numa fase de profissionalismo e de qualificação do processo de gestão. Atualmente, são 384 incubadoras em operação, como pode ser verificado nos dados apresentados no quadro 02:

<b>INCUBADORAS</b>	
Incubadoras de empresas	384
Empresas incubadas	2.640
Empresas graduadas	2.509
Empresas associadas	1.124
Postos de trabalho nas empresas incubadas e associadas	16.934
Postos de trabalho nas empresas graduadas	29.905
Faturamento de empresas incubadas	U\$ 266 milhões
Faturamento em empresas graduadas	U\$ 2 bilhões
<b>PARQUES TECNOLÓGICOS</b>	
Iniciativas de parques tecnológicos	90
Parques em operação	30
Empresas em operação	520
Postos de trabalho nos parques	26.233

Quadro 02: Dados sobre incubadoras e parques tecnológicos no Brasil. Fonte ANPROTEC (2012).

Em suma, na concepção de Etzkowitz (2009) a incubadora evoluiu para uma entidade multifacetada de educação empresarial e de inovação, com uma finalidade ampla do que o desenvolvimento de empresas a partir da pesquisa acadêmica e, esse desenvolvimento baseia-se: (1) Na interação de uma incubadora na pesquisa ou na missão de ensino da universidade, ou em ambas; (2) Na dependência de uma incubadora exclusivamente da sua própria universidade ou de uma rede através da academia, da indústria e do governo, em vários níveis; e (3) Na presença ou ausência relativa de serviços de suporte à incubação, incluindo o financiamento público e privado para a criação de startups na região.

Outrossim, coerentemente aos princípios da incubação, fatores alinhados a dinamização da economia local e de geração de trabalho e renda estão presentes em todos os grupos de contribuições, como pode ser observado nos dados apresentados pelo Anprotec (2012), que evidenciam as principais contribuições das Incubadoras ao desenvolvimento regional: (1) Desenvolvimento de novos produtos e serviços; (2) Geração de emprego e renda; e (3) Criação de novos negócios de alta qualidade.

Entretanto, a pesquisa ainda releva que as incubadoras tecnológicas ligadas a universidades ou centros de pesquisa possuem um conjunto de objetivos que indicam uma atuação em múltiplos níveis, desenvolvimento local e desenvolvimento tecnológico. Nesse caso, os objetivos de dinamização da economia local e de inclusão social são minoritários, mas não ausentes. Esses dois objetivos aparecem como prioritários para as incubadoras com foco em empreendimentos de economia solidária e de base tradicional, mas também em intensidades diferentes. O único objetivo que é comum a todos os tipos de incubadoras é o de geração de trabalho e renda.

### 3 METODOLOGIA

Quanto a natureza este estudo, esta se classifica como pesquisa aplicada que, segundo Silva e Menezes (2000, p.20), além de envolver verdades e interesses localizados, “objetiva

gerar conhecimento para a aplicação prática em soluções de problemas específicos”. No tocante à abordagem do problema definido neste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa e, entre as várias razões para a utilização da pesquisa qualitativa, conforme avalia Malhotra (2001), a principal está na possibilidade de proporcionar uma visão melhor e a compreensão do contexto do problema.

No que se refere aos objetivos de estudo, tornou-se necessária a definição dos constructos que serviram de base para o alcance do objetivo proposto, tendo sido conduzida uma revisão da literatura para investigar e compreender os conceitos correspondentes aos constructos necessários ao desenvolvimento do estudo. Assim, os construtos levantados deram subsídios a execução de uma pesquisa de caráter descritivo que, na concepção de Gil (2010), procura fazer a descrição das características de determinada população, estabelecendo relações entre variáveis, levantamento de opiniões, atitudes e crenças. a pesquisa caracteriza-se como descritiva. No que tange ao método, adotou-se o estudo de caso, que teve como unidade de análise o Programa Tecnópole de apoio às Incubadoras de Base Tecnológica de Indústria Criativa do Rio Grande do Sul.

Para coleta de dados, utilizou-se da análise de documentos, e da aplicação de um formulário estruturado, aplicado em forma de entrevista à coordenadora do Programa RS Incubadora da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT) do Estado do Rio Grande do Sul, com 15 perguntas abertas sobre o Programa Tecnópole e 30 perguntas abertas relacionadas aos projetos aprovados, levando em consideração, os critérios para seleção dos projetos, controle e monitoramento dos projetos aprovados, e sobre a gestão dos projetos aprovados junto ao Programa. A entrevista teve como principais objetivos, o levantamento de informações relacionadas ao Programa Tecnópole e Programa RS Incubadora da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), bem como as expectativas e resultados advindos dos investimentos em projetos neste âmbito e sua influência no desenvolvimento sustentável do estado. Após a coleta, os dados foram tratados e analisados sob a ótica qualitativa.

#### **4 O FOCO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

De acordo com Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI, 2011) a Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) destaca a importância da Ciência, a Tecnologia e a Inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do Brasil e estabelece diretrizes que orientam as ações nacionais e regionais. A ENCTI ratifica o papel indispensável da inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do País, com ênfase na geração e apropriação do conhecimento científico e tecnológico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de um ambiente empresarial mais competitivo no plano internacional.

Sendo assim, a continuidade do atual ciclo de crescimento da economia brasileira e a construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável demandam uma maior centralidade da política de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação e, é nesse consenso que, dentre as treze diretrizes centrais do governo federal, está a de “transformar o Brasil em potência científica, tecnológica e inovadora” (MCTI, 2011, p.29).

A importância conferida à política de C,T&I no processo de desenvolvimento sustentável do País implica reconhecer que os impactos da ciência e da tecnologia são transversais à atividade econômica, à conservação dos recursos naturais e ao propósito final de elevar os padrões de vida da população brasileira a partir da crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e da apropriação dos benefícios gerados. Nesse sentido, essa Estratégia de âmbito nacional aponta claramente os objetivos a serem atingidos, as ações para alcançá-los e as metas mais significativas a serem cumpridos ao longo do processo.

A ENCTI foi concebida para contribuir no enfrentamento dos desafios apresentados pelo atual estágio de desenvolvimento do País, sendo os cinco principais descritos como: (1) Redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas; (2) Expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da Natureza; (3) Ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; (4) Consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil; (5) Superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Ao adentrar às políticas que dão suporte ao desenvolvimento sustentável em nível regional, em específico, no Estado do Rio Grande do Sul, o Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul (SDRS) articula estrategicamente a atração de novos investimentos, buscando ampliar a competitividade da economia do Estado e dissipar as desigualdades regionais e sociais. O SDRS atua na execução de uma política industrial (incluindo agronegócio) capaz de prover diretrizes para o desenvolvimento e o direcionamento de políticas e investimentos públicos e privados, bem como, cria condições atrativas para o desenvolvimento das empresas existentes e para novos empreendimentos, focando no desenvolvimento sustentável do Estado.

Visando maximizar os esforços para o desenvolvimento sustentável do estado, a SDRS consolidou sua Política Industrial que expressa as diretrizes básicas e a organização do trabalho realizado por ela, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI). Trata-se da política que almeja incidir sobre a estrutura industrial da economia gaúcha, apostando em sua diversificação e fortalecimento através de um amplo conjunto de ações. Como tal, integra a agenda de desenvolvimento econômico que o governo recolocou no centro da política pública, com o intuito de aumentar a participação do Rio Grande do Sul no PIB do país, adensar cadeias produtivas existentes e criar novas no território do estado e promover investimentos em regiões de menor renda relativa.

Em sendo uma política de desenvolvimento econômico baseada em práticas de sustentabilidade social e ambiental, a Política Industrial está focada, sobretudo, nas transformações de natureza estrutural que pretende induzir, com forte ênfase na inovação para gerar ganhos de produtividade e na promoção do comércio exterior. Sua concepção envolve duas dimensões básicas: (1) de um lado, há as ações transversais destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras e; (2) de outro, há as ações setoriais com realce aos programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados.

Dentro de um conjunto amplo de instrumentos de apoio que estão à disposição do setor, cabe destaque aos Instrumentos Transversais da Política Industrial do Estado, os quais representam uma dimensão geral ou funcional da Política Industrial, porquanto, em princípio, sua utilização é de impacto abrangente, não discriminando setores ou regiões. Os principais instrumentos de apoio são apresentados no quadro 03:

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
<b>FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS</b>	O Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS) é um instrumento fiscal de promoção do desenvolvimento econômico do Estado que opera com base na postergação do recolhimento do ICMS devido em decorrência da operação de um projeto de investimento. O limite do benefício é de 100% do investimento fixo do empreendimento apoiado. A norma legal que institui e regula o FUNDOPEM/RS foi atualizada através da Lei nº 13.708, de 06/04/2011, a qual também criou o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul – INTEGRAR/RS. O cerne do INTEGRAR/RS está em um abatimento incidente sobre cada parcela a ser amortizada do financiamento concedido pelo FUNDOPEM/RS, incluindo o valor do principal e os respectivos



	<p>encargos. As principais características são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento de até 90% do ICMS incremental, podendo chegar a 100% no caso de cooperativas de produtores.</li> <li>• Prazo de fruição do benefício pode alcançar até 96 meses, a carência até 60 meses e o prazo de pagamento de até 96 meses, com taxa de juro de até 2% e correção monetária;</li> </ul> <p>Abatimento parcial de parcelas financiad as, através do INTEGRAR/RS, entre 10% e 90%.</p>
<b>Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI)</b>	<p>Instituído pelo Decreto no 32.666, de 27/10/1987, possui o objetivo específico de apoiar projetos de investimento mediante a concessão de incentivo financeiro na forma de venda de terrenos a preços atrativos, em áreas de propriedade do Estado, preparadas com infraestrutura necessária para atividades industriais. Prevê-se a venda subsidiada dos terrenos a empresas para realização de empreendimentos considerados importantes para o desenvolvimento industrial do Estado.</p>
<b>Programa de Apoio a Iniciativas Municipais</b>	<p>Fundamenta-se no Decreto nº 32.666, o mesmo que instituiu o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial, e tem o propósito de contribuir na capacitação dos municípios para a promoção de iniciativas promissoras de desenvolvimento econômico local, bem como para a racionalização do uso do solo com base em condições ambientais de desenvolvimento sustentável. Sua execução ocorre por intermédio do apoio a ações municipais para implantação de áreas industriais, mediante o assessoramento técnico para escolha da gleba e na elaboração do Plano Diretor para implantação da Área Industrial Municipal. Quando a gleba passa à propriedade do Município e há licenciamento ambiental para o loteamento da mesma, o Programa prevê o aporte de recursos financeiros para a implantação ou expansão da infraestrutura básica, a título de incentivo. Recursos demandados pelo Estado junto ao BNDES permitirão apoiar pelo menos 20 municípios no triênio 2012-2014.</p>
<b>Programa Pró-Inovação</b>	<p>Institucionalizado pela Lei Estadual de Inovação (Lei no 13.196, de 13/07/2009, regulamentada pelo Decreto no 46.781, de 04/12/2009) e reformulado pelo Decreto no 48.717, de 04/12/2011, é Instrumento Transversal de incentivo às atividades inovativas em ambiente produtivo, compreendendo todas as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais e comerciais, incluindo novas formas de conhecimento, que visam à inovação de produtos e/ou processos. O Pró-Inovação concede incentivo fiscal proporcional para empresas com taxa de crescimento de faturamento igual ou superior a 10% ao ano, de forma proporcional aos seus esforços inovativos, considerando-se seus dispêndios correntes e de capital. Considera, ainda, contratos com ICT's e com prestadores de serviços relacionados à inovação e a qualificação profissional dos colaboradores e as projeções de crescimento da empresa. O incentivo pode atingir 3% do faturamento bruto da empresa, limitado a 75% do ICMS incremental. Cada projeto apoiado tem validade de três anos, sendo renovável por mais três anos, quando, então, a empresa deverá submeter um novo projeto, iniciando novo ciclo.</p>
<b>O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)</b>	<p>Visa fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Território do Estado com foco na inovação e na sustentabilidade. Os parques tecnológicos são ambientes de inovação onde se instalam empresas inovadoras e/ou centros de P&amp;D de grandes empresas. Atualmente, o PGTec conta com 14 parques tecnológicos credenciados, distribuídos por todo o estado, sendo 3 parques consolidados e 11 em processo de consolidação.</p>
<b>INVESTE/RS</b>	<p>O Programa de Promoção do Investimento no Estado do Rio Grande do Sul (INVESTE/RS) foi instituído através da Lei no 13.838, de 05/12/2011, como instrumento para fomentar o desenvolvimento econômico, reduzir as desigualdades regionais e apoiar a geração de emprego e renda no Estado. Operará através de subvenção econômica na modalidade de equalização de</p>

	taxas de juros e outros encargos financeiros nos financiamentos concedidos pelo Banrisul, Badesul e BRDE a empreendimentos do setor produtivo, especialmente para aquisição de máquinas e equipamentos, cobertura de despesas para inovação tecnológica.
<b>Sistema Financeiro Gaúcho</b>	O Rio Grande do Sul é um dos poucos Estados da federação que manteve um sistema público de instituições financeiras após a reforma bancária dos anos neoliberais. Hoje, o Sistema Financeiro Gaúcho (SFG) compõe-se de três instituições: o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. – Banrisul; o Badesul Desenvolvimento S. A. – Agência de Fomento/RS; e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. Esse Sistema participa da execução da Política Industrial na condição primeira de Instrumento Transversal para o financiamento da atividade produtiva, em especial para a formação de capital fixo, a provisão de capital de giro e o saneamento financeiro de empreendimentos

Quadro 03: Instrumentos de apoio a política indústria do Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul (SDRS). Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (2015).

Neste contexto, como forma de estimular a economia no setor, o Rio Grande do Sul dispõe de políticas, programas e ações específicas de incentivo à ciência, inovação e tecnologia, a exemplo do Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras Tecnológicas e de Indústria Criativa, que é expresso no capítulo a seguir.

#### **4.1 Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras de Base Tecnológica e de Indústria Criativa - RS Incubadoras**

No Brasil as transformações tecnopolitanas vêm ocorrendo de forma intensa e visando sistematizar os objetivos traçados pela Lei Nº 13.196, em 10 de julho de 2012, via decreto, Nº 49.354 foi instituído o Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras de Base Tecnológica e de Indústria Criativa - RS Incubadoras, com o objetivo contribuir para a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, na transferência de tecnologia, no desenvolvimento de novas empresas e na incorporação de novas tecnologias como instrumentos viabilizadores da ampliação da competitividade da economia gaúcha, com o consequente estímulo à geração de novos negócios, trabalho qualificado e maior renda.

Assim, o programa tem como objetivo estimular a inovação e o empreendedorismo, viabilizando a criação de novas empresas e novos mercados, conectando pesquisa científica e tecnológica a geração de novos negócios. Ele foi criado pela Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), visando estimular a integração entre Universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, para desenvolver tecnologias adequadas às diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O programa fornece apoio financeiro a projetos de pesquisa aplicada junto a 26 Polos Tecnológicos, em 23 regiões do Estado. Os objetivos específicos do Programa são:

- Promover a elevação do nível de renda, a geração de oportunidades de trabalho qualificado e a ampliação da capacidade de investimento público nas diversas regiões do Estado;
- Criar condições favoráveis ao desenvolvimento dos habitats de inovação e estimular ações concertadas através da criação de uma rede de parques científicos e tecnológicos;
- Articular as ações transversais voltadas à ampliação da inclusão digital no Estado;
- Identificar e promover os setores estratégicos e portadores de futuro no Estado;
- Oportunizar o surgimento de novos setores econômicos, com a implantação de empresas de base tecnológica, acompanhando a estratégia nacional;
- Reunir as instituições representantes da sociedade em geral e de setores estratégicos em torno de uma política de desenvolvimento da cultura da inovação e do

empreendedorismo;

- Oportunizar a reestruturação produtiva em setores impactados pela globalização;
- Investir no registro do conhecimento inovador e na transferência de tecnologia, como recurso estratégico para a internacionalização, com alto valor agregado, da produção gaúcha;
- Estimular a articulação entre Universidade e empresas que atuam estrategicamente na promoção do desenvolvimento tecnológico inovador e sustentável;
- Estabelecer uma governança, através do trabalho em rede, que estimule a interação entre atores e a articulação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico do Estado;
- Estimular o governo a atuar, em todas as suas instâncias, como articulador de políticas e ações que visam fomentar a cultura empreendedora, com foco na inovação e no desenvolvimento sustentável.

O Programa Tecnópole ainda visa desenvolver novas ações, com base nas diretrizes estratégicas do Rio Grande do Sul, alinhando-se com o Governo Federal e com as melhores práticas internacionais. Nesse contexto, a SCIT assume um importante papel no sentido de incentivar práticas inovadoras e articular as sinergias que impulsionam a organização e a interação dos parques científicos tecnológicos hoje em funcionamento, trabalhando pela extensão de parques tecnológicos a todas as regiões do território do Estado, com vistas à inovação, ao desenvolvimento sustentável e à inclusão digital.

Nesse sentido, uma das áreas de base do RS Tecnópole abrange os programas e os projetos da SCIT relacionados ao desenvolvimento tecnológico regional visando à coordenação sinérgica destes, bem como, a inclusão de novos projetos das instituições parceiras. A articulação de atores com interesses difusos e a busca de complementariedade nas ações é um desafio central na operacionalização do Programa. Assim, a SCIT vem desenvolvendo um conjunto de projetos cujos objetivos integram os do RS Tecnópole que visam o desenvolvimento regional do Estado e apoiam projetos de parceria entre Universidades e Empresas, no intuito de fomentar a inovação tecnológica em setores portadores de futuro e setores emergentes, nas regiões desses Polos e Parques Tecnológicos. Alguns deste projetos são:

PROJETO	DESCRIÇÃO
<b>COREDES</b>	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – que, de acordo com a Constituição Estadual - Art. 166 a 170 Lei 10.283 de 17/10/94, se constituem em pessoas jurídicas de direito privado, organizados sob a forma de associações civis, sem fins lucrativos, tendo cada qual sua denominação e abrangência territorial. Os Coredes partem da missão de ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul. Sua Visão paira em articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.
<b>Programa de Polos de Modernização Tecnológica</b>	com o objetivos de estimular a integração entre Universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, visando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões do RS, em 1989, por iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi implantado o Programa de Apoio aos Polos de Modernização Tecnológica (SCT, 2007). O Programa de Apoio aos Polos de Modernização Tecnológica, desde os primórdios, sempre visou ser um instrumento de aproximação das demandas emanadas das diferentes regiões, interlocutando as mesmas, junto ao Governo do Estado. Em 1999, essa ação tornou-se mais sólida através da existência do Orçamento Participativo, através do qual possibilitou-se o acesso a uma quota de recursos financeiros através da Ciência e

	<p>Tecnologia, em prol ao desenvolvimento regional. Com base nesses recursos, os Polos de Modernização Tecnológica fortaleceram o seu papel, disponibilizando o seu potencial em pesquisas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, apontados como prioritários pela comunidade.</p>
<p><b>Programa de Apoio a Parques Tecnológicos</b></p>	<p>Previsto no Capítulo VII da Lei no 13.196, de 13 de julho de 2009, instituído como instrumento para viabilizar o apoio à implantação, consolidação e expansão de Parques Científicos e Tecnológicos, envolvendo ações voltadas a dar suporte ao desenvolvimento de atividades intensivas em conhecimento, a serem executadas em áreas específicas para a localização das entidades participantes, passa a ser regulamentado pelo presente Decreto.</p> <p>São objetivos do Programa PGtec:</p> <p>I - contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul a partir da atração e manutenção de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, a serem alocadas em áreas específicas para criação ou consolidação de Parques Científicos e Tecnológicos, promovendo a integração entre instituições governamentais, empresas e universidades, respeitando vocações produtivas regionais existentes ou a induzir;</p> <p>II - estimular o aumento da eficiência produtiva e da competitividade das empresas, com aumento do valor agregado pela inovação nos produtos e serviços, visando aumentar a participação do PIB gaúcho em relação ao PIB nacional;</p> <p>III - incentivar a geração de empregos de alta qualificação e remuneração, bem como a retenção de capital humano;</p> <p>IV – promover o adensamento das cadeias produtivas regionais, como os Arranjos Produtivos Locais - APL's e Polos, criando ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais e contribuindo para a redução das desigualdades; e</p> <p>V - promover o desenvolvimento científico e tecnológico das Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT's/RS e interação com Empresas, com foco na inovação, de áreas de conhecimento consolidadas e também de portadoras de futuro, com potencial de impacto significativo no desenvolvimento econômico e social da região.</p>
<p><b>Rede PETRO</b></p>	<p>É uma ação de articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 10 universidades, 90 laboratórios e centros de pesquisa, e cerca de 370 empresas, que tem como missão promover e fortalecer a base tecnológica local dos fornecedores de bens e serviços para os setores de petróleo, gás e energia. Cabe salientar que o RS lidera a produção de biodiesel e de energia eólica no país e abriga diversos centros de pesquisa sobre fontes alternativas de energia, o que torna urgente a definição de uma agenda sobre energias renováveis. A Rede PETRO também poderá atuar na consolidação do Polo Naval de Rio Grande.</p>
<p><b>Rede FITO</b></p>	<p>O Sistema Nacional Redes Fito contribui na discussão de políticas públicas e na implementação de ações, baseadas na construção de um modelo colaborativo de gestão, visando a promoção da inovação em medicamentos a partir da biodiversidade brasileira. A Redes Fito oferece serviços e produtos em parceria com atores de toda a cadeia produtiva dos principais biomas brasileiros. Ela encontra-se desativada desde 2007, no entanto, percebe-se a importância de uma real integração das diferentes áreas de conhecimento tais como: química, bioquímica, farmacologia, botânica, tecnologia farmacêutica, saúde, etc, para obter resultados efetivos na produção de fármacos e fitofármacos, no Rio Grande do Sul.</p>
<p><b>RS INCUBADORAS</b></p>	<p>Objetivos estratégicos:</p> <p>I - contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul a partir da atração e manutenção de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, a serem alocadas em áreas específicas para a consolidação das incubadoras de base tecnológica e da indústria criativa, promovendo a integração entre instituições governamentais, universidades e novas empresas;</p> <p>II - estimular o aumento da eficiência produtiva e da competitividade das novas empresas, com aumento do valor agregado pela inovação nos produtos e serviços, com vista a aumentar a participação do PIB gaúcho em relação ao PIB nacional;</p> <p>III - incentivar a geração de empregos de alta qualificação e remuneração, bem como a retenção de capital humano;</p> <p>IV - promover o adensamento das cadeias produtivas regionais, como os Arranjos Produtivos Locais - APL's e Polos, criando ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais e contribuindo para a redução das desigualdades; e</p>

	V - incentivar os novos empreendedores na criação de empresas de base tecnológica e de indústria criativa, estimulando novos e inovadores negócios, atuando como mecanismo avançado de transferência tecnológica.
--	---

Quadro 04: Programas e projetos que integram o RS Tecnópolis. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (2015).

Os programas apresentados visam o desenvolvimento regional do Estado e apoiam projetos de parceria entre Universidades e Empresas, no intuito de fomentar a inovação tecnológica em setores portadores de futuro e setores emergentes, nas regiões desses Pólos e Parques Tecnológicos. Atualmente há no Estado 24 Pólos de Inovação Tecnológica, em 20 COREDES distintos, 3 parques tecnológicos constituídos e 11 parques tecnológicos cadastrados no PGtec.

Em específico, o Programa RS Incubadoras, tem como finalidade viabilizar o apoio à consolidação e à expansão de incubadoras de base tecnológica e de indústria criativa, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica, tecnológica e a inovação, conectadas ao empreendedorismo, a criação de novas empresas e novos mercados, bem como contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Assim, podem participar do Programa Incubadoras já implantadas ou em fase de implantação, que atendam aos seguintes requisitos:

- Incubadoras implantadas: área física para instalação de no mínimo cinco empresas de base tecnológica; existência de um ambiente para gestão, com sala de reunião e equipamentos multimídia e; existência de, no mínimo duas empresas incubadas, dois projetos de pré-incubação, dois anos de existência e uma empresa graduada.
- Incubadoras em implantação: área física para instalação de, no mínimo, três empresas de base tecnológica; existência de ambiente para gestão; e existência de, no mínimo, uma empresa incubada.

Partindo-se do pressuposto estabelecido nesta lei, de que as incubadoras só poderão receber recursos provenientes do orçamento estadual após formalizado seu credenciamento junto ao Programa RS Incubadoras e, para este fim alguns requisitos são aferidos a estas, tais como: de viabilidade técnica, de infraestrutura disponível e de gestão da incubadora.

Para fins de avaliação do Programa RS Incubadoras os seguintes indicadores de desempenho foram estabelecidos: (I) número de empresas incubadas; (II) número de empresas graduadas; (III) número de empregos gerados diretos; e (IV) número de incubadoras implantadas.

De acordo com a Rede Gaúcha de Incubadoras e Empresas e Parques Tecnológicos, REGINP, O Rio Grande do Sul conta atualmente com 19 incubadoras tecnológicas credenciadas no programa RS Incubadoras, da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do estado, sendo elas:

INCUBADORA	LOCAL
CIEMSUL: Centro de Incubação de Empresas da Região Sul	UCPEL - Pelotas
HESTIA: Incubadora Tecnológica	UFRGS, Porto Alegre
IEITEC: Instituto Empresarial de Incubação e Inovação Tecnológica	Prefeitura, Unilassale, Monteiro Lobato, Canoas
ULBRATECH: Incubadora Tecnológica	Ulbra, Canoas
CRIATEC: Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica	Unijuí, Ijuí
URINOVA: Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da URI	URI (Santo Ângelo)
ITEC: Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul	Prefeitura, UCS, CIC, Caxias do Sul)
Incubadora de Negócios da ESPM	
UNITEC: Unidade de Inovação e Tecnologia	Unisinos, São Leopoldo
CEI: Centro de Empreendimentos em Informática	UFRGS, Porto Alegre
Incubadora de empresas de Inovação Tecnológica da Uninfra	Uninfra, Santa Maria
ITEF: Incubadora Tecnológica da Feevale	Feevale, Novo Hamburgo

RAIAR: Incubadora Multisetorial de Base Tecnológica da PUCRS	PUCRS, Porto Alegre
INOVATES: Centro Tecnológico Univates	Univates, Lajeado
ITCientec: Incubadora tecnológica	Ceientec, Porto Alegre
Incubadora Tecnológica do PoloSul.org	UPF, prefeitura e iniciativa privada, Passo Fundo
IECBIOT: Incubadora Empresarial Centro de Biotecnologia	UFRGS, Porto Alegre
ITUNISC: Incubadora Tecnológica da Unisc	Unisc, Santa Cruz do Sul
ITSM: Incubadora Tecnológica de Santa Maria UFSM	UFSM, Santa Maria

Quadro 05: Incubadoras cadastradas no Programa RS Incubadoras. Fonte: REGINP (2015).

Em entrevista realizada com a Coordenadora do programa RS Incubadoras, levantou-se que ele visa apoiar as ações de incubação das empresas gaúchas através do fomento via editais, assim, criado em 2012, o projeto já apoiou incubadoras do estado na aquisição de equipamentos de alta tecnologia ou de infraestrutura, como pode ser verificado no quadro 06:

	Edital 2012	Edital 2013	Edital 2014
<b>Valor</b>	R\$ 2.820.000,00	R\$ 5.617.450,00	R\$ 5.500.000,00
<b>Projetos aprovados</b>	8	6	8

Quadro 06: Resultados dos editais do programa Incubadoras RS

De acordo com a coordenadora do Programa, levantou-se que o mesmo se articula com as políticas estaduais, entre secretarias de Estado, e federal com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através do estímulo à cultura empreendedora, via lançamento de editais anuais nas áreas de Parques Tecnológicos, Incubadoras Tecnológicas, Indústria Criativa, possuindo como metas a promoção do empreendedorismo, via capacitações, reuniões, cursos, seminários, bem como, a geração e instalação de novas empresas de base tecnológica. Outrossim, a ampliação da capacidade de investimento público nas diversas regiões do Estado se dá através de financiamentos externos e com o estímulo ao desenvolvimento de novos Parques, Polos e Incubadoras Tecnológicas.

Neste sentido, de acordo com a entrevistada, no que tange a identificação e desenvolvimento dos setores estratégicos e portadores de futuro no Estado, o programa segue as diretrizes da Política Industrial do Governo do Estado, que hoje possui 23 setores principais. Para tanto, existem grupos de várias Secretarias do Estado identificando e construindo estratégias de desenvolvimento para o Estado do RS e, os Parques Tecnológicos e Incubadoras Tecnológicas são ferramentas transversais para atingir os objetivos do desenvolvimento proposto.

Partindo-se do pressuposto de que, uma das treze diretrizes centrais do atual governo federal é “transformar o Brasil em potência científica, tecnológica e inovadora”, na concepção da entrevistada, programa contribui na construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável, a medida que promove o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação através da articulação de atores das Universidades, dos Setores Produtivos e do Poder Público, em todas as regiões do Estado, contribuindo também para a transformação regional e nacional via o lançamento de editais anuais para Parques Tecnológicos, Polos Tecnológicos, Incubadoras Tecnológicas e Indústria Criativa, onde cada um possui projetos de CT&I aplicados nas suas regiões.

No que tange a pontos a melhorar, o trabalho em rede entre os atores da hélice tríplice, é estimulado, mas ainda não há indicadores de avaliação para este fim, o que dificulta a avaliação correta dos resultados advindos das articulações de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico do Estado. Outro ponto é o foco para o desenvolvimento tecnológico é em função das atribuições da “antiga” Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, o que está sendo revisto no momento.

Ao adentrar na avaliação dos projetos submetidos, verificou-se que o estímulo via editais de fomento tem por objetivo apoiar propostas com potencial para crescimento e fortalecimento de empreendimentos de Base Tecnológica e Indústria Criativa no Rio Grande do Sul, ampliando o número de empresas incubadas e de empregos gerados, e ao incremento da taxa de sucesso da graduação de empresas nas Incubadoras. Assim, tem como objeto de apoio os habitats de inovação nas incubadoras, com foco para criação de espaço coworking e aceleradora de empresas - com o intuito de elevar a produtividade e competitividade dos empreendimentos nascentes e que impactem na taxa de sucesso de graduação destas. Neste sentido, de acordo com a entrevistada, no último edital de 2014 foram apresentados quinze projetos, dos quais oito foram conveniados, sendo que todas as propostas possuíam boa qualidade e consistência técnica, apresentando propostas de atividades de capacitação sobre os segmentos abrangidos pelo respectivo objeto, com metas quantificáveis e mensuráveis e com vínculo com a matriz produtiva de sua região de abrangência. Outro ponto destacado é que todos os projetos apresentam soluções tecnológicas, que diretamente ou indiretamente contribuem para a competitividade produtiva local. Entretanto, dos oito projetos aprovados, apenas três partiam de parcerias formais para execução do convênio, sendo este um dos objetivos angariados, bem como, um critério para a seleção dos projetos. Na visão da entrevistada, no decorrer dos anos de execução do programa RS Incubadoras verificou-se uma melhora na qualidade técnica das propostas. No entanto, torna-se imprescindível a necessidade de que novas ferramentas de gestão de projetos devam ser estimuladas e gradativamente inseridas nos projetos apresentados.

No que tange a avaliação do impacto dos projetos, os indicadores de avaliação estão mais relacionados a Incubadora e, em alguns casos consegue-se identificar indicadores com impacto na região após a conclusão do projeto, pois ainda não se tem nenhum projeto concluído do Programa RS Incubadoras. Verificou-se que o indicador em que mais o programa tem controle relaciona-se as metas de ampliação do número de empresas instaladas e de empregos gerados pelos projetos submetidos, tendo em vista que todos os projetos apresentam ampliação do número de empresas instaladas e empregos gerados, bem como impactam na sobrevivência e competitividade das empresas locais e fortalecem as incubadoras e as empresas incubadas.

No que tange a contribuição dos projetos para o desenvolvimento regional, este se dá através, mais especificadamente, da realização de cursos de capacitação e transferências tecnológicas para a comunidade em que o projeto está inserido, tendo em vista que, para fins de aprovação, todos os projetos devem contemplar entre suas metas a execução de cursos, capacitação e instalação de empresas. Até o momento, todos os projetos estão sendo executados dentro das diretrizes para o desenvolvimento sustentável e, por mais que o programa RS Incubadoras ainda não tenha nenhum projeto concluído em sua totalidade, pode-se dizer que em média cada projeto incuba, pelo menos três empresas nascentes e capacita mais de cinquenta pessoas.

## 5 CONCLUSÃO

Ambientes de inovação, como incubadoras de empresas, têm papel fundamental no desenvolvimento sustentável, tendo em vista que as incubadoras atuam como engrenagens da relação entre universidade e empresas, constituindo-se em instrumentos de estruturação e consolidação de novos empreendimentos inovadores e de novas tecnologias. Em síntese, os ambientes de inovação entregam a sociedade plataformas de desenvolvimento que se diferenciam por promoverem uma maior articulação e interação entre academia, empresas e governo. Neste interim, no presente estudo evidenciou-se a busca, em todos os níveis governamentais, pela construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável, pelo

estímulo ao desenvolvimento através do desenvolvimento de conjunto amplo de instrumentos de apoio voltados ao desenvolvimento sustentável do país.

Ao adentrar nas políticas e programas do Rio Grande do Sul que se alinham às diretrizes de desenvolvimento federais, evidenciou-se que, a exemplo do Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras Tecnológicas e de Indústria Criativa, o investimento em projetos e ao estímulo à ambiente de inovação configuram-se hoje em um instrumento consolidado de política de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ANPROTEC. **Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil** – relatório técnico / Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. – Brasília : ANPROTEC, 2012.
- BOÊTA, A. M. C. BORGES, Jr. C. TREMBLAY, D. G. Empreendedorismo Internacional: o desafio das incubadoras de empresas de base tecnológica. **II Seminário Internacional - Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**, Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- BRUNACCI, Attilio; PHILLIPI, Arlindo. Dimensão Humana do Desenvolvimento Sustentável. **In Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.
- CORAL, E.; STROBEL, J.S. & SELIG, P.M. A competitividade empresarial no contexto dos indicadores de sustentabilidade corporativa. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2004.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Transformando Ideias em Negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- ELKINGTON, John. **A teoria dos três pilares**. Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: MARKRON Books, 2001.
- ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Triplíce**: Universidade-Indústria-Governo, inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDSDORFF, L. **Universities in the global knowledge economy**: a triple helix of academic-industry-government relations. London: Cassel, 1997.
- FIALHO, Francisco Antônio Pereira et al. **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2008.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Bookman, Porto Alegre, 2001.
- MCTI, Ministério, da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015**: Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Brasília/DF, 2011
- PEREIRA NETO, A. GALLINDO, F. e CRUZ, S. R. O Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas e o Rio Inovação: uma avaliação preliminar. **Revista Inteligência empresarial**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 4-12, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Desenvolvido pela Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.sct.rs.gov.br>>. Acesso em: 09 de fev. 2007.
- SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- SPOLIDORO, R. A Sociedade do Conhecimento e seus Impactos no Meio Urbano. In: PLADINO, G. Parques Tecnológicos e Meio Urbano – **Artigos e Debates**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SOUZA, T.L., CANONGIA, C., CID, A.A., & LANZA, F. **Valorização do Inmetro como Agente de Inovação**: o caso da Incubadora de Empresas. (2006) Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/infotec/artigos/docs/138.pdf>. Data de acesso: 04/04/2014



